Encontro Rumo à Conferência Habitat III
São Paulo, 29 de fevereiro e 1º de março de 2016
(Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro)
Mesa 04 – Investimentos para Infraestrutura Urbana

RELATORIA

Painel: **Mesa 04 – Investimentos para Infraestrutura Urbana**

Data: 29/02/2016, 11h às 12h30

Relator(a):

Cássio Felipe Bueno – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA)

Apoio: Alexandre Araujo Godeiro Carlos – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA)

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, por meio do Ministério das Cidades, promoveu o Encontro Rumo à Conferência Habitat III, na Praça das Artes, Av. São João, nº 281, Centro, São Paulo/SP, nos dias 29/02 a 01/03/2016, como atividade preparatória da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), prevista para acontecer em Quito, Equador, em outubro de 2016.

O objetivo do encontro foi o de compartilhar um painel de temas estruturais, sociais e urbanos, no âmbito das "cidades", que permitissem ampliar o debate nacional e internacional, de forma a subsidiar a posição brasileira nas proposições relacionadas à Agenda Pós-2015 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 11 relacionado ao tema de "Cidades Sustentáveis". Tais assuntos também serão foco de grande parte dos debates que ocorrerão ao longo do evento em Quito, Equador, em outubro de 2016.

A mesa 04 - INVESTIMENTOS PARA INFRAESTRUTURA URBANA ocorreu na data de 29/02/2016 das 11h27min às 13h04min e teve como objetivo central abordar os principais desafios vinculados às questões de financiamento e aporte de recursos para acesso universal à infraestrutura de saneamento, com a inclusão de populações residentes em assentamentos precários, favelas e áreas fortemente adensadas, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e o direito à cidade.

2. BREVE PANORAMA/CONTEXTO DO TEMA

A mesa 04 - Investimentos para Infraestrutura Urbana contou com a participação do Sr. Wladimir Ribeiro, advogado, sócio do escritório Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques - Sociedade de Advogados e consultor do Programa Interáguas, na condição de moderador dos debates, que apresentou os palestrantes: Sr. Carsten Sandhop, Diretor da Agência KfW - Banco de Desenvolvimento no Brasil, Sr. Marcelo Morgado, da GO Associados Consultoria Empresarial,

em substituição ao Sr. Gesner Oliveira, Sr. Edson Silva, sociólogo, coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA), e Sr. Marcos Thadeu Abicalil, arquiteto e urbanista, especialista sênior de água e saneamento do Banco Mundial.

O Sr. Wladimir Ribeiro iniciou os trabalhos apresentando o debate como continuidade da mesa 03, tendo a mesa 04 o foco no financiamento da infraestrutura de saneamento básico, compreendendo os quatro componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais. O Sr. Wladimir apresentou algumas questões para fomentar a discussão, tais como: *"As tarifas referentes aos serviços de saneamento devem ser aumentadas? Os mais pobres devem pagar menos tarifas? Os mais ricos devem pagar mais tarifas? Há necessidade de fomentar incentivos fiscais? Quais os impactos desses investimentos na valorização da terra e de que forma essa valorização pode se aproveitada de forma a contribuir para a ampliação e a manutenção dos investimentos em saneamento básico, revertendo-os em benefícios à população?"*. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Carsten Sandhop.

O Sr. Carsten Sandhop iniciou sua fala apresentando as principais áreas de atuação do banco alemão de desenvolvimento no Brasil, tais como o financiamento de projetos voltados à renovação de florestas, energias renováveis, bem como citou portfólio voltado a ações de saneamento. Em seguida, apresentou o tema central de sua apresentação voltado à identificação dos principais desafios vinculados às questões de financiamento para proporcionar o acesso universal à infraestrutura de saneamento, com a inclusão de populações residentes em assentamentos precários, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e o direito à cidade.

Considerando a experiência do banco no financiamento de projetos de saneamento, o palestrante apresentou o ciclo de aprovação de um projeto, no âmbito de cooperações entre o Brasil e a Alemanha, que se inicia com o diálogo entre setores no âmbito de uma cooperação bilateral, seguida de negociações intergovernamentais. Depois são realizados estudos para preparação do programa/projetos específicos, seguidos de uma avaliação e posterior aprovação do governo alemão e do governo brasileiro, para assinatura do contrato de empréstimo, implementação e monitoramento do projeto, e avaliação final.

Dentre os obstáculos para o apoio a projetos, o palestrante mencionou a existência de desafios não somente financeiros, mas técnicos e sociais. Os primeiros estão voltados à capacidade de endividamento do mutuário final, à necessidade de garantia por parte da União para celebração de contratos de empréstimo e à dificuldade de utilização dos recursos de forma eficiente em tempo hábil. Já os desafios técnicos implicam em fatores como a regularização fundiária, a definição de infraestrutura condizente com a realidade local, a implantação de infraestrutura em espaços desestruturados. Já os desafios sociais advêm da necessidade de se trabalhar em parceria com a comunidade e, consequentemente, com a população a ser beneficiada com a intervenção.

O palestrante apresentou também alguns programas e projetos de sucesso no âmbito da cooperação Brasil-Alemanha, apoiada pela Agência KfW.

Por fim, assinalou que os principais fatores para o sucesso dos projetos compreendem os seguintes aspectos: i) população comprometida e envolvida na concepção e gestão do projeto; ii) financiamento associado ao planejamento, execução e operação dos sistemas; iii) tecnologias adequadas às demandas e capacidades locais; e iv) parcerias entre o setores público e privado estimuladas, para maior eficiência dos projetos.

O moderador passou a palavra ao Sr. Marcos Thadeu Abicalil, que iniciou sua explanação mencionando a importância da participação do governo brasileiro no Painel Intergovernamental sobre água, que deverá conduzir o diálogo global sobre o tema da água. Ao iniciar sua apresentação propriamente dita, o palestrante destacou o contexto do saneamento inserido no processo de urbanização pelo qual diversos países do mundo têm passado, a exemplo do Brasil, que vem sofrendo, nos últimos anos, crescimento populacional significativo atrelado a uma forte transição rural-urbana, que tem alterado a ocupação dos territórios, gerando grande demanda por saneamento e importantes modificações no contexto das cidades.

O palestrante apresentou dados sobre a melhoria dos domicílios por meio do incremento no percentual das unidades domiciliares com cinco ou mais cômodos, demandando maior consumo de água, ao passo que chamou a atenção para a diminuição de habitantes por domicílios, passando de 5,2, em 1970, para 3,3, em 2010, representando desafio ainda maior para a oferta dos serviços de água nas cidades brasileiras, que, em vista do contexto de urbanização do Brasil, vem apresentando importante variável, que consiste na presença de populações vulneráveis em assentamentos urbanos precários. Outro ponto importante, em sua ótica, é o crescimento do número de cidades com mais de 100 mil habitantes, a exemplo das macrometrópoles brasileiras, concentrando maior demanda onde há menos água, evidenciando um descompasso entre a distribuição do território brasileiro e a disponibilidade hídrica do País.

O Sr. Marcos Thadeu apresentou também dados sobre o decréscimo na alocação dos investimentos em infraestrutura, nos últimos 15 anos, e, no caso dos investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário, percebe-se certa estagnação. O investimento no setor saneamento em proporção ao PIB caiu, nos últimos anos, em função de crises brasileiras, de 0,35% do PIB para 0,20% do PIB, especialmente em investimentos em água e esgoto. Se comparada à demanda de investimentos trazida pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), o país necessita aumentar em mais de 50% os investimentos em saneamento para que atinjam cerca de 0,33% do PIB, de modo a atingir as metas previstas no Plano. A situação do saneamento no Brasil denota que, além de estagnados, os investimentos encontram-se hoje insuficientes, em um cenário macroeconômico desfavorável e de ajustes fiscais no país.

Afirmou que este cenário impacta diretamente no setor saneamento, uma vez que este é fundamentalmente público, pois 96% dos serviços de água e esgotos são prestados por entes públicos, e que os financiamentos são primordialmente regulados pelo poder público, por meio de tarifas, fundos especiais e o orçamento público, fazendo com que o setor seja dependente do cenário da macroeconomia brasileira.

Afirmou também que existe certa estagnação na evolução da cobertura total de água, bem como na cobertura urbana, existindo ainda grande déficit nas áreas urbanas, em especial nas

periferias das metrópoles, bem como em aglomerados urbanos e, de maneira geral, uma necessidade de investimentos em saneamento rural.

No que se refere aos serviços de esgoto percebe-se pequeno crescimento da cobertura, em especial em regiões onde já existiam fossas sépticas, as quais vêm sendo substituídas por redes coletoras, o que demostra ainda existir grande déficit de cobertura no país, realçando a vulnerabilidade dos mais pobres.

Portanto, em vista do cenário atual, a necessidade de investimentos em infraestrutura deve incluir outras fontes ou instrumentos de financiamento que não o setor público, a exemplo da tributação imobiliária urbana. Destacou também a importância da adoção de tarifas que busquem a sustentabilidade econômica dos serviços, pois representam hoje apenas 0,9% do comprometimento da renda das famílias, quando comparadas a outros setores da economia, como o setor de telefonia, que corresponde a 6% da renda familiar.

Acrescentou que se faz necessária a discussão de temas como: escassez hídrica e eventos extremos, subsídios com foco em populações vulneráveis, aumento da eficiência do setor, melhoria da regulação, modernização da gestão, ampliação de investimentos, incluindo parcerias com os setores público e privado, rediscussão de estruturas tarifárias, bem como abordagens integradas e programas customizados para cada tipologia de cidade, a fim de tratar as questões de saneamento no país.

A seguir, o moderador passou a palavra ao Sr. Edson Silva, que focou sua apresentação na reafirmação de diretrizes e princípios relacionados ao direito à cidade, apresentando os avanços que o setor teve nos últimos anos, como a instituição de marcos legais, como o Estatuto da Cidade, a lei de consórcios públicos, a lei de saneamento, além da criação do Ministério das Cidades, do Conselho das Cidades e de seus comitês técnicos, da realização de conferências das cidades, da aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e da retomada dos investimentos por parte do Governo Federal, em especial com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Apresentou ainda como avanço do setor, a evolução, entre 2000 e 2010, do percentual de domicílios com esgotamento sanitário em favelas, em comparação com o crescimento alcançado em áreas que não são favelas, o que pode ser associado a maior concentração de investimentos públicos em saneamento nas áreas de assentamento precários, associada à tendência de aumento de renda de famílias residentes em aglomerados subnormais, observada no período.

Dentre os principais desafios a serem superados para garantir os recursos necessários para inclusão, no acesso aos serviços de saneamento, especialmente as populações residentes em assentamentos precários, favelas e áreas fortemente adensadas, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e o direito à cidade, o palestrante mencionou, dentre outros fatores, a necessidade de universalização do acesso, o fortalecimento do papel do estado como indutor de políticas para o alcance dessa universalização, a melhoria da gestão dos prestadores de serviço, a preservação e a ampliação de investimentos no setor, e o fortalecimento dos instrumentos de controle e participação social.

Dentre os principais obstáculos, o palestrante destacou a resistência por parte de alguns prestadores em cumprir a legislação vigente, a falta de integração entre as políticas públicas, o aparelhamento político das empresas de saneamento por parte de alguns governos, a resistência à valorização de instrumentos de controle social e a dificuldade de retomada da capacidade de planejamento.

Dentre as propostas apresentadas pelo palestrante, destacam-se: a mudança das regras para captação de recursos para investimentos em saneamento, condicionadas ao(à): qualificação do gasto público, existência de plano municipal de saneamento, programa de redução e controle de perdas, política tarifária adequada, com modicidade tarifária e mediante o aperfeiçoamento dos sistemas de subsídio, garantia de transparência e participação social, implicando, necessariamente, na melhoria da gestão das empresas de saneamento.

As propostas apresentadas, segundo a visão do palestrante, passam pela discussão de temas como a necessidade de vinculação orçamentária para o setor saneamento, a aplicação de isenção tributária para os operadores de saneamento que não negociem ações em bolsas, a criação do Fundo Nacional do Saneamento, como instrumento de sustentabilidade dos serviços e operação dos sistemas de saneamento, a destinação de recursos do PIS/Cofins para o referido fundo, a criação ou a consolidação de instrumentos de controle social, a consolidação do Ministério das Cidades como espaço de fortalecimento de políticas públicas correlatas, o fortalecimento das regiões metropolitanas por meio de um planejamento regional com forte presença do Governo Federal, a fim de otimizar a aplicação de recursos, e o fomento à formação de consórcios públicos no âmbito do planejamento urbano.

Em seguida, o moderador passou a palavra ao Sr. Marcelo Morgado, que iniciou sua apresentação tendo como pontos principais o tripé *"planejamento, gestão e regulação"* como fundamental para a eficiência na gestão dos investimentos e para o desenvolvimento do setor. Mencionou não haver um modelo único para o sucesso, a exemplo da importância da participação da iniciativa privada, contribuindo com novas técnicas de gestão e com o aporte de recursos para o fomento da infraestrutura de saneamento. Além disso, o palestrante apontou outros modelos de sucesso de prestação dos serviços, a exemplo das autarquias, bem como enfatizou a necessidade de se fortalecer técnica e financeiramente as empresas estaduais de saneamento, de forma a capacitá-las a auferir recursos, inclusive em nível internacional, e de proporcionar condições para a oferta de garantias adequadas ao financiamento da infraestrutura.

O palestrante afirmou que o setor de saneamento constitui-se em uma das áreas menos favorecidas em termos de alocação de investimentos em infraestrutura, devido a um conjunto de gargalos que impedem seu desenvolvimento. Apresentou gráfico que relaciona o índice de tratamento de esgoto com o PIB *per capita*, demonstrando como o país possui déficit de saneamento incompatível com sua renda *per capita*. O palestrante falou da importância do setor como alavancador de investimentos, permitindo agregar relevante parcela de mão de obra, inclusive com nível de escolaridade mais baixo, sendo essencial para a recuperação dos recursos hídricos e para a redução das doenças de veiculação hídrica, em contraponto aos baixos índices de coleta e tratamento de esgotos e aos altos índices de perdas na distribuição de sistemas de abastecimento, com cerca de R$ 8,0 bilhões/ano referentes à água desperdiçada, devido a

perdas físicas e aparentes. Mencionou ainda a sensível assimetria existente entre as regiões do país, ao se comparar, por exemplo, os índices de atendimento da Região Norte do Brasil com os indicadores da Região Sudeste do país, em que pese estes índices ainda se encontrarem bem distantes dos padrões de universalização previstos nas metas de planejamento do setor.

Em relação às perdas de água, afirmou ainda que, além de a tarifa média dos serviços ser considerada baixa, o país perde hoje 6,53 bilhões de m^3 de água não faturada pelas empresas de saneamento. Esta realidade contrasta com diferentes realidades existentes no país, o qual apresenta cidades com índices de perdas de primeiro mundo (0% a 15%), como Limeira/SP, Salesópolis/SP e Lins/SP, cidades com índices intermediários (15% a 30%), a exemplo de Franca/SP, e municípios com índices bastante elevados.

Acrescentou que as metas do Plansab estão ficando cada vez mais distantes, pois os investimentos estão abaixo do esperado, tornando menos realista o atingimento dessas metas até o ano de 2033.

Mencionou ainda questões relacionadas ao desmatamento na Amazônia e às mudanças climáticas, que têm alterado o regime de chuvas, propiciando a ocorrência de eventos climáticos extremos, que vêm afetando o setor. Citou também que a carência de vegetação nativa vem contribuindo também para a escassez de água nas manchas urbanas do país.

Do ponto de vista institucional, o palestrante afirmou que hoje a estrutura de regulação ainda encontra-se pouco implementada, além de haver reduzida quantidade de planos municipais de saneamento implementados.

O palestrante fez também comparação entre o setor de energia elétrica e o de saneamento, no intuito de auxiliar no entendimento dos desafios da regulação no saneamento, tais como um cenário dividido em muitos municípios, que, além de não terem recursos necessários para os investimentos necessários, praticam políticas tarifárias inadequadas e possuem muitas vezes máquina pública inchada, que torna a prestação dos serviços menos eficiente.

Como ações prioritárias que contribuam para a construção de uma agenda de saneamento que envolva todas as esferas de governo e a sociedade civil, o palestrante mencionou a possibilidade de desoneração do PIS/Cofins, a revisão do Plansab com metas realistas e o foco em gestão e eficiência, o fomento à formalização de PPP e de outros instrumentos institucionais para envolvimento do setor privado no mercado de água e esgoto no Brasil, a instituição de leis que inibam o desperdício ou condicionem o uso dos recursos hídricos, dentre outros.

Por fim, apresentou como linha de ação para avanço do setor a melhoria do planejamento setorial com tributação mais racional, o fortalecimento da gestão das companhias estaduais e municipais, a mobilização do capital privado por meio de concessões e parcerias público-privadas, a redução do risco regulatório com a estruturação e o fortalecimento institucional das agências reguladoras e a adequação das formas de contratação para fomentar a inovação e estimular a cadeia produtiva.

3. PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS

Os questionamentos concedidos pelo moderador à plateia presente foram realizados ao final da mesa 04, conforme apresentado a seguir.

O Sr. Silvio José Marques, da Assemae, questionou a atuação da regulação do setor, no modelo atual, na qual os operadores públicos e privados têm capturado as agências reguladoras, que passaram a defender os interesses dos prestadores, ao invés de concentrar a sua atuação em regramentos tarifários que beneficiem a população.

A Sra. Erica, do Coletivo de Luta pela Água/SP, questionou como é possível que, apesar da falta de investimentos e financiamentos no setor saneamento, há situações, como a de São Paulo, em que receitas decorrentes da venda de empresas são revertidas para o financiamento de outros setores, em detrimento ao setor saneamento, bem como a de distribuição de dividendos a acionistas e de lucros para os empregados, além de indagar sobre a iniciativa do Governo Federal em relação à privatização que está sendo realizada no Espírito Santo.

De imediato, o moderador passou a palavra aos palestrantes para as respostas aos questionamentos formulados.

Em resposta, o Sr. Carsten Sandhop abordou a questão da necessidade de investimentos do setor diante da crise econômica que vive o país, afirmando ser necessária a adoção de novas abordagens, a exemplo das parcerias público-privadas, que podem ser uma solução para o desenvolvimento do setor, em que pese o menor interesse da iniciativa privada em atuar em áreas mais vulneráveis. Neste caso, o governo deve buscar soluções criativas que busquem, por exemplo, incentivos a investimentos em saneamento nestas áreas menos favorecidas.

O Sr. Marcelo Morgado afirmou ser pertinente o fato de as agências reguladoras estarem sendo aparelhadas politicamente, embora veja como importante a atuação técnica desses órgãos, mas percebe a necessidade de melhoria da eficiência e de aperfeiçoamento do modelo.

Em relação à distribuição de dividendos, o Sr. Marcelo afirmou que essas iniciativas são normalmente reguladas pela legislação e que as empresas que estão com dificuldade financeira devem pautar a sua política de dividendos com base nessa realidade.

Comentou ainda que entende ser pertinente a atuação de investidores privados, tornando atrativos os investimentos em saneamento, que têm normalmente um longo prazo de maturação.

Quanto aos serviços públicos, que possuem a lógica de política pública, o governo, a fim de reduzir o déficit em saneamento, em especial nas populações carentes, deve buscar a otimização dos recursos com eficiência, atrair capital e procurar novas formas de inovação e gestão.

O Sr. Edson comentou que, em relação à regulação, o atual modelo deve dar ênfase primordialmente aos interesses população. Além disso, afirmou ser necessário que os órgãos de regulação sejam mais qualificados do que as instituições reguladas, diferente do que ocorre hoje, e que as agências reguladoras devem estar mais abertas à efetiva participação da sociedade, a fim de discutir temas como as questões tarifárias, passando portanto por um processo de democratização das agências reguladoras.

O palestrante afirmou ainda que, em seu entendimento, faz-se necessário fortalecer o papel do Estado como indutor do crescimento do saneamento no país.

Reforçou ainda que o setor privado somente investe hoje em investimentos nos quais tenha retorno financeiro, especialmente em regiões metropolitanas e em grandes municípios.

Comentou ainda a distribuição de dividendos pela Sabesp, durante a crise hídrica, em que o Governo Estadual deveria ter aportado recursos no setor, ao invés de ter retirado seus dividendos, como feito pelos demais acionistas da empresa.

O Sr. Marcos Thadeu afirmou que o país precisa melhorar as suas instâncias regulatórias, uma vez que o Brasil tem apresentado deficiências na implementação da lei de saneamento. Além da necessidade de avançar na implementação do marco legal, o palestrante entende ser necessário dar assistência técnica aos reguladores, além de fortalecer a capacidade de governança das agências reguladoras, incluindo critérios de escolha de seus dirigentes.

O palestrante também entende ser necessário estimular a criação de mecanismos que possibilitem a modernização das empresas estatais, inclusive com a sua inserção no mercado de capitais.

Em sua fala, acrescentou ainda que não existe mais espaço para despesas vinculadas no orçamento, mas que a solução passará pela formatação de um novo modelo de política tarifária.

4. PRINCIPAIS DESAFIOS RELACIONADOS AO TEMA

- Melhorar a capacidade técnica e financeira do mutuário final a fim de possibilitar a celebração de contratos de empréstimo;
- Proporcionar condições que facilitem o acesso à garantia da União na celebração de contratos de empréstimo;
- Reduzir o ciclo de implementação dos projetos, com qualidade e eficiência;
- Proporcionar instrumentos que facilitem a regularização fundiária;
- Adotar tecnologias de saneamento condizentes com a realidade local;
- Superar dificuldades para implementação de infraestrutura em espaços desestruturados;
- Trabalhar em parceria com a população local, tornando o morador protagonista do empreendimento;
- Garantir o acesso universal mediante a adoção de subsídios com foco em populações vulneráveis;
- Buscar o aumento da eficiência mediante a melhoria da regulação, a modernização gestão, a potencialização de ganhos de escala e a revisão de estruturas tarifárias;
- Ampliar investimentos com foco em recursos fiscais, vinculando expansão e modernização com eficiência;
- Favorecer abordagens integradas e programas customizados que englobem o tema água e cidades;
- Buscar a universalização do acesso aos serviços conforme metas do Plansab;
- Garantir a aplicação da Lei 11.445/2007 na sua plenitude;
- Fortalecer o papel do Estado como indutor de politicas e ações para a universalização do acesso aos serviços de saneamento;
- Fortalecer a gestão das empresas estaduais e municipais de saneamento;
- Preservar e ampliar os níveis de investimento por meio de financiamentos e recursos do OGU;
- Fortalecer os instrumentos de participação e controle social;

- Buscar formas que garantam a elaboração e implementação dos planos de saneamento;
- Melhorar a capacidade de execução dos operadores;
- Buscar o envolvimento de todos os entes federados e agentes que atuam no setor para o êxito do PLANSAB;
- Buscar a integração de políticas públicas;
- Buscar a integração e o planejamento regional;
- Valorizar instrumentos de controle social;
- Retomar a capacidade de planejamento;
- Melhorar o planejamento setorial com tributação mais racional voltada ao setor;
- Mobilizar capital privado por meio de concessões e parcerias público-privadas;
- Reduzir o risco regulatório com a estruturação e o fortalecimento institucional das agências reguladoras;
- Adequar as formas de contratação para fomentar a inovação e estimular a cadeia produtiva.

5. CONCLUSÕES

As apresentações, discussões e questionamentos ocorridos durante a realização da Mesa 04 - INVESTIMENTOS PARA INFRAESTRUTURA URBANA apontam para as seguintes conclusões:

- O Brasil necessita aumentar os investimentos em saneamento básico para que estes cheguem a um patamar mais elevado, de modo a se buscar atingir as metas de curto, médio e longo prazos estabelecidas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab);
- Há necessidade de envolvimento de todos os entes federados e os agentes que atuam no setor para o êxito do Plansab, o que compreende a instituição de uma agenda permanente de diálogo, no sentido de proporcionar meios para a efetiva implementação do Plano, com garantia contínua dos investimentos ao longo do tempo, provendo o acesso aos serviços inclusive por parte das populações em situação de vulnerabilidade, que habitam assentamentos precários, favelas e áreas fortemente adensadas;
- Essa agenda deve passar por uma perspectiva de fortalecimento do papel da União como indutor das políticas públicas, cabendo ao Governo Federal continuar exercendo seu papel de instituidor de diretrizes gerais que norteiem o setor, conservando seu caráter distributivo de recursos para desenvolvimento do saneamento no país, além de continuar incentivando o fortalecimento dos instrumentos de controle e participação social previstos na lei de saneamento e no Plansab;
- A garantia dos investimentos deve passar também pelo profundo debate sobre a necessidade de revisão das políticas tarifárias praticadas atualmente, bem como pelo aprofundamento da discussão acerca da instituição de novos incentivos fiscais e do aperfeiçoamento das regras relacionadas aos modelos de contratação e aos incentivos vigentes, de forma a se buscar novos modelos de gestão e novas formas de contratação que venham contribuir para a alavancagem dos investimentos e para fomentar a inovação e estimular a cadeia produtiva do setor;

- É salutar o fortalecimento da participação pública no setor, com o envolvimento do setor privado, mediante a adoção de parcerias entre os setores público e privado, e do incentivo a concessões e parcerias público-privadas, na busca de maior eficiência dos projetos, contribuindo com novas técnicas de gestão e com o aporte de recursos para o fomento da infraestrutura de saneamento;
- Há necessidade de aumento da eficiência do setor, mediante a melhoria dos aspectos regulatórios que envolvem o saneamento, com a estruturação e fortalecimento institucional das agências reguladoras;
- Faz-se necessário fortalecer a gestão das companhias estaduais e municipais, a fim de incrementar a sua capacidade técnico-institucional e financeira, de maneira a melhorar a sua capacidade de planejar e executar os investimentos necessários para a ampliação e melhoria dos serviços e, consequentemente, melhorar o gasto público.